

DESTRUIR A UNIVERSIDADE*

André Gorz**

André Gorz, em 1970, época em que o pensamento crítico e a radicalidade estavam em ascensão devido às lutas operárias e estudantis do final dos anos 1960, especialmente a rebelião estudantil em Paris em 1968, apresenta a ideia radical de destruição da universidade. O texto de Gorz coloca uma questão importante nas lutas de classes, que é a função da universidade e seu significado na luta estudantil e revolucionária. A universidade é uma instituição voltada para formar força de trabalho especializada e sustentar a hegemonia cultural burguesa. O discurso a respeito de sua contribuição para a “ascensão social”, ou passagem de uma classe para outra acima na hierarquia social, é falso, pois poucos conseguem isso e na maioria dos casos é em situação inferior no mercado de trabalho. Isso sem falar na hierarquia no interior da universidade (a diferença entre os cursos com maior espaço e *status* no mercado de trabalho e os cursos que estão abaixo nessa hierarquia; a distribuição desigual de recursos entre os cursos, faculdades e universidades; as diferenças de condições de estudo existente entre os estudantes devido sua origem de classe; a diferença na qualidade de ensino em distintos cursos e faculdades, etc.) que gera marginalização dos indivíduos oriundos das classes inferiores. Sem dúvida, existem exceções, quantitativamente irrelevantes, que oferecem uma aparência de “democracia”. Na contemporaneidade, se busca “disfarçar” a diferenciação de classes no interior das universidades estatais através de benefícios e cotas para os indivíduos das classes sociais inferiores e certos grupos sociais, o que gera cooptação, corrupção, ilusão de ascensão, entre outros processos que são comuns na sociedade capitalista. Gorz realiza uma crítica datada, não só por sua radicalidade derivada do contexto histórico em que produziu seu discurso, mas pelas questões e pelas respostas que oferece. Tudo indica que uma nova “onda revolucionária” emergiria e, a partir disso, se poderia propor ações mais radicais, tal como a destruição da universidade. Os anos 1970 passaram e em seu lugar emergiu uma nova estabilidade relativa do capitalismo com a ascensão do regime de acumulação integral e de sua forma estatal, o neoliberalismo. Isso, no entanto, não retira o interesse e os acertos de Gorz. A universidade deve ser destruída, pois ela é uma instituição do e para o capitalismo. Porém, o equívoco de Gorz é pensar que isso pode ser realizado no interior do capitalismo (já que ele não explicita a necessária revolução proletária para possibilitar esse processo). Outro equívoco é pensar que a universidade não possui mais utilidade para a burguesia. Sem dúvida, sua utilidade “econômica” é pequena e poderia ser repassada para as instituições privadas. Contudo, ela ainda existe e os cursos mais dispendiosos – e com a manutenção de uma qualidade mínima – são responsabilidades das universidades estatais. A formação da força de trabalho para garantir a reprodução das relações de produção capitalistas necessitam, em várias áreas, das universidades estatais. Assim, a sua função econômica permanece. Porém, além da função econômica, as universidades estatais também possuem uma função cultural. O

* Artigo publicado originalmente em: *Les Temps Modernes*, nº 285, abril de 1970. Tradução: Nildo Viana.

** André Gorz (1923-2007) foi um pensador autodidata francês, autor de várias obras, como *Adeus ao Proletariado: Estratégia Operária e Neoliberalismo*, entre outras.

problema, para a burguesia, nesse caso, é o de manutenção da hegemonia burguesa e legitimação da sociedade capitalista e de si mesma. É por isso que emerge o discurso da igualdade de oportunidades, ascensão social, etc. no interior dessa instituição. No fundo, a universidade que a burguesia defenderia – se não precisasse amortecer as lutas de classes e se autolegitimar – seria extremamente elitista. A universidade que a burguesia deseja é a frequentada por estudantes burgueses e alguns filhos de burocratas, intelectuais e latifundiários. Nada de operários, camponeses, serviçais, etc. Em outros graus de ensino, as escolas de elite podem existir, pois as escolas estatais oferecem a formação básica e de má qualidade necessária para as classes sociais inferiores. No entanto, a burguesia e o seu aparato estatal não podem escancarar a divisão de classes e o poder monetário e político das classes superiores. Isso gera os discursos “democráticos” – seja sob a forma antiga do acesso a todos que conseguem passar nos processos seletivos, seja sob a forma neoliberal de cotas e outras migalhas jogadas para as classes sociais inferiores e outros grupos sociais – e a ilusão de acesso, permanência e igualdade de oportunidades. Além disso, existe a sua função política das universidades estatais, que consiste em produzir os ideólogos produtores e reprodutores (ou, segundo linguagem de Marx, “ideólogos ativos” e “ideólogos passivos”) das ideologias hegemônicas. As universidades estatais produzem setores da classe intelectual, classe auxiliar da burguesia, bem como cria um conjunto de interesses que vinculam os trabalhadores intelectuais com o Estado e a sociedade capitalista. Um aspecto relevante que Gorz identifica é a articulação entre movimento estudantil e movimento operário. Após a pré-revolução de Maio de 1968 em Paris, bem como a articulação estudantil-operária na Itália e Alemanha, entre outros países, gerou o medo da burguesia de uma fusão entre estudantes e operários. Nesse momento, uma política de despolitização emergiu, buscando separar estudantes e juventude do movimento operário, com a emergência de diversas ideologias subjetivistas – indo desde o pós-estruturalismo ao discurso identitário. O movimento estudantil francês conseguiu despertar o movimento operário – coisa que o bloco revolucionário não conseguiu – e gerar a maior greve da história da França e trazer à tona a ameaça da revolução proletária. Isso é inadmissível para a burguesia e o aparato estatal, que não mediram esforços para separar os estudantes dos trabalhadores, inculcando na juventude até a exaustão – e sob forma despolitizada – a questão da sexualidade, da identidade, entre outras, para afastar as novas gerações da luta política, do marxismo e do movimento operário. O texto de Gorz é interessante por estar num outro momento, no qual a articulação estudantil-operária ainda era possível e havia ocorrido a pouco tempo. A sua leitura é necessária para se buscar combater a hegemonia burguesa nos meios estudantis e se pensar uma nova articulação entre estudantes e trabalhadores e a luta pela abolição do capitalismo, o que pressupõe uma luta interna e seu resultado significa a abolição das universidades, dos estudantes universitários e dos operários, gerando a sociedade autogerida, na qual a forma de educação e formação em geral é radicalmente diferente e que é generalizado para todos os indivíduos e permanente, desde a infância até a ancianidade (*Revista Marxismo e Autogestão*).

1. A universidade não pode desempenhar sua função e, por isso, cabe a nós impedirmos o seu funcionamento para evidenciar essa impossibilidade. Nenhuma reforma, de qualquer tipo, pode tornar essa instituição viável. Devemos, portanto, combater as reformas, em seus efeitos e em sua concepção, não porque sejam perigosas, mas porque são ilusórias. A crise da instituição universitária vai além (como demonstraremos) do âmbito da universidade e envolve a divisão social e técnica do trabalho como um todo. E assim, essa crise precisa chegar a um ponto final.

A questão de quais circunstâncias e meios podem conduzir essa situação ao seu ponto final está aberta à discussão. As circunstâncias e meios são, em geral, favoráveis. No entanto, a

discussão e a crítica só podem ser conduzidas de maneira proveitosa por aqueles que reconhecem a necessidade de rejeitar o reformismo e suas implicações globais.

2. A crise aberta nas universidades francesas remonta ao início da década de 1960, ao Plano Fouchet. Quando a maioria de uma faixa etária se esforça para prestar o exame de conclusão do ensino médio e a maioria dos que possuem diploma almeja ingressar na universidade, os mecanismos de seleção social implementados pela burguesia sofrem um duro golpe, e sua ideologia e suas instituições entram em crise.

A ideologia da academia é a da *igualdade de oportunidades para a ascensão social* por meio dos estudos. Essa igualdade – e Bourdieu e Passeron demonstraram isso – sempre foi fictícia¹. No entanto, os mecanismos e critérios de seleção acadêmica existentes no passado eram suficientemente “objetivos” e isso permitia que seu caráter de classe e arbitrário fosse mascarado; o candidato era eliminado ou escolhido em função de um conjunto de “aptidões” e “competências” que eram definidas de uma vez por todas. Tradicionalmente, a esquerda não lutou contra os critérios de classe no processo de seleção – o que a teria forçado a lutar contra a própria seleção e contra o sistema acadêmico como um todo – mas sim pelo direito de todos de ingressarem no processo seletivo.

O caráter contraditório dessa reivindicação permaneceu oculto enquanto o direito era, em teoria, reconhecido para todos, embora a possibilidade prática de exercê-lo fosse negada à grande maioria. A partir do momento em que, com o auxílio da difusão do conhecimento, a maioria se esforça para obter a possibilidade prática de exercer um direito teórico, a contradição se torna evidente: se a maioria tem acesso ao ensino superior, este perde seu caráter seletivo. O direito ao estudo e o direito à ascensão social não podem mais coexistir; se, na melhor das hipóteses, todos podem de fato estudar, nem todos podem ser promovidos a postos privilegiados. Com os mecanismos de seleção acadêmica enfraquecidos, a sociedade buscará implementar mecanismos complementares ou restringir o direito ao estudo por meio de limitações administrativas.

3. Essas limitações administrativas – *Numerus Clausus*², exames de admissão à universidade – são questões politicamente tão delicadas que os sucessivos governos da Quinta República recuaram

¹ O autor se refere à obra “*A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*”, publicada por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (NT).

² “Numerus clausus” é um termo em latim que se refere a um limite numérico estabelecido para o ingresso em uma instituição de ensino, curso ou profissão (NT).

diante de sua aplicação. De fato, a limitação *ex ante*³ do número de estudantes é a negação franca e brutal de um princípio jurídico e de uma ficção social, ou seja, da ideia de que a *chance* de ascensão social por meio dos estudos é igual para todos e que a *possibilidade* de estudar é limitada apenas pela *aptidão* para tal.

Destruir essa ficção jurídica significa expor o caráter ilusório das liberdades burguesas e, sobretudo, confrontar, em nome de uma racionalidade tecnocrática – estudar é caro e não é lucrativo quando os graduados não podem ser “promovidos” –, as classes médias, ou os chamados “médios”, cujo apoio o regime capitalista só consegue preservar acenando com a possibilidade de “ascensão social” limitada apenas pelo mérito. O “*Numerus Clausus*”, a pré-seleção e os exames de admissão às universidades, ao destruírem as ilusões da ideologia meritocrática, levantarão contra o Estado capitalista as classes médias e revelarão a elas sua condição como um destino social: elas são compostas não de *potenciais burgueses*, que o acaso do nascimento e da fortuna impediram de se tornarem burgueses de fato, mas de uma ralé de necessitados e trabalhadores subalternos fadados a servir, e não a igualar, a burguesia.

Politicamente – e este é o significado da reforma Faure – a burguesia deve, portanto, manter a ficção da possibilidade de ascensão social oferecida a todos através do acesso gratuito aos estudos. No entanto, é a realidade que se encarrega de desmentir essa ficção; o acesso aos estudos é gratuito, mas os estudos não levam a lugar nenhum. O número de graduados desvaloriza os diplomas. Muitos são chamados, mas poucos são escolhidos, pois existem poucas vagas. A redução numérica que a seleção acadêmica não conseguiu realizar será realizada por uma seleção no momento da contratação.

Enquanto aguarda que a “força das circunstâncias” se manifeste — isto é, que os pais direcionem seus filhos para “boas” escolas profissionalizantes (que ainda não foram criadas), oferecendo-lhes acesso a “bons” empregos em vez de universidades das quais se formarão desempregados —, o Estado mantém as universidades abertas, mas desvaloriza progressivamente (como em Vincennes) os diplomas que elas conferem. Em suma, dá às universidades margem suficiente para que eventualmente se autodestruam, ou pelo menos é o que espera. Enquanto isso, envia policiais às universidades para que, incendiando-as, possam consolidar sua má reputação.

4. Essas contradições na universidade burguesa estão relacionadas a contradições fundamentais:

³ "Ex ante", expressão oriunda do latim, significa "antes do evento" ou "antes de ocorrer" (NT).

- O valor de mercado que até agora era reconhecido nos diplomas baseava-se na sua raridade e na raridade da aptidão para o estudo. Se esta última se tornar generalizada, o bônus associado ao diploma deverá logicamente desaparecer e, com ele, a divisão hierárquica das tarefas.
- Se a aptidão para o estudo – consagrada ou não por um diploma – tende a se generalizar, ela deixa de servir como critério de seleção: a estratificação social não pode mais se basear em competência e mérito. O direito ao estudo e o direito à promoção não podem mais caminhar juntos.
- Se os estudos deixarem de garantir a promoção, o resultado será uma coisa ou outra; ou
- São consideradas uma perda de tempo e um encargo social inútil, uma vez que não são lucrativas nem para quem as realiza nem para a sociedade capitalista; ou
- São consideradas uma formação geral não funcional, um luxo que a sociedade pode oferecer. No entanto, ao afirmar o direito inalienável aos estudos admite a conclusão de que tais estudos, que não abrem caminho para uma carreira, tenham um *valor intrínseco* para aqueles que os escolhem – e que posteriormente se tornarão empregados, operários ou o que for.

É neste ponto que a contradição da universidade se torna clara. Contra o sistema seletivo, o movimento estudantil afirmava o direito inalienável aos estudos. A lógica dessa reivindicação (que permanecia *pequeno-burguesa* na medida em que defendia a possibilidade de ascensão para todos) a conduzia a posições anti-hierárquicas e igualitárias: para que todos tivessem o direito de estudar, era necessário que os estudos, deixando de ser um privilégio de classe, também deixassem de conferir o direito a qualquer privilégio. Era preciso aceitar que aqueles com títulos acadêmicos superiores trabalhassem com as mãos, o que levava a questionar e rejeitar a divisão social do trabalho, a divisão técnica do trabalho que carrega sua marca e toda forma de hierarquização das tarefas.

Mas era impossível parar por aí, pois no momento em que aceitamos que os estudos não levam a uma carreira, devemos redefinir a natureza dos estudos, seu conteúdo e seu significado; já que não conferem uma “cultura útil”, devem conferir uma “cultura rebelde”; já que não correspondem a uma demanda da sociedade, devem responder à demanda daqueles que os criam e que pretendem destruir essa sociedade, abolir essa divisão do trabalho.

Mas a universidade é, por natureza, incapaz de responder a essa demanda; ela não é funcional nem em relação às exigências da economia capitalista nem em relação às exigências daqueles que querem derrubar o capitalismo; ela não oferece nem uma “cultura útil” nem uma “cultura rebelde” (que, por definição, não é oferecida); ela oferece uma *cultura universitária*, isto é, um conhecimento *separado* de qualquer prática produtiva ou militante. Em suma, é um lugar

onde se pode passar o tempo sem ser útil nem interessante. Nenhum tipo de reforma pode mudar essa situação. Portanto, não se trata de reformar a universidade, mas sim de destruí-la para destruir de uma vez por todas a cultura separada do povo que ela encarna (a dos mandarins) e da estratificação social da qual ela, afinal, continua sendo o instrumento.

5. Esses são os fatos que a guerrilha universitária traz à luz: ela abrevia a agonia de uma instituição moribunda e expõe a hipocrisia das corporações que a defendem. Pode-se dizer que os estudantes de esquerda não serão capazes de colocar algo em seu lugar ou de transformar a sociedade para que essa outra coisa se torne viável? É óbvio: os estudantes não podem, por si só, produzir outra cultura ou fazer a revolução. O que eles podem fazer, no entanto, é impedir que a crise exacerbada das instituições burguesas, da divisão do trabalho e da seleção de “elites” seja mascarada. É isso que eles estão fazendo (e é por isso que todos os partidários da ordem – desta ordem ou de outra, igualmente autoritária e hierárquica – os repreendem). Sozinhos, eles não podem ir mais longe; a destruição efetiva e até mesmo a contestação (e não apenas ideológica) da divisão do trabalho não podem ser realizadas nas universidades; só podem ser realizadas nas fábricas e empresas. Pressupõe a análise crítica de uma organização produtiva cuja aparente racionalidade técnica é, ao mesmo tempo, a objetificação e a máscara de uma racionalidade política, de uma técnica de dominação. Pressupõe um conhecimento prático do processo de produção e da empresa prática para transformá-lo; para submetê-lo aos “produtores associados”, para substituir a divisão hierárquica pela divisão voluntária do trabalho.

Somente a partir dessa crítica efetiva à divisão do trabalho é que, por sua vez, pode se tornar efetiva a crítica à educação que, direta (nas escolas técnicas e profissionais) ou indiretamente, forma os gestores, os executores e os perdedores da produção capitalista. A destruição da universidade e da educação de classe não é, portanto, assunto apenas dos instruídos; é sobretudo assunto da classe operária, se quisermos superar a divisão capitalista do trabalho, da qual a escola é a matriz.

A crise da universidade burguesa e a revolta da classe operária contra o despotismo fabril conferem relevância imediata à questão dessa superação. E se a conjunção entre esses dois aspectos da mesma crise – a da divisão do trabalho – não resulta na união efetiva de estudantes e trabalhadores e numa crítica recíproca dos métodos de ensino e dominação, a culpa não é do movimento estudantil, mas sim das organizações tradicionais do movimento operário⁴, que fazem todo o possível para confinar os estudantes ao gueto universitário, a fim de melhor controlar as reivindicações dos trabalhadores. Se a violência necessária da luta estudantil tende, assim, a se

⁴ O autor se refere aqui aos partidos progressistas (“esquerda”) e sindicatos (NT).

esgotar em insurreições simbólicas apenas no âmbito universitário, não é por um gosto perverso pela violência sem objeto, mas sim porque somente a violência é capaz de romper, ainda que temporariamente, o cerco do gueto universitário e de colocar um problema cuja existência os reformistas de os matizes preferem ignorar. Esse problema – o da crise das instituições e da ideologia burguesas e da divisão do trabalho – é um problema político por excelência. Não basta que os partidos políticos neguem qualquer significado ou expressão política à violência estudantil para que ela seja considerada mero vandalismo; trata-se de uma violência que é ao mesmo tempo política e politicamente necessária, senão suficiente.